

SUMÁRIO

Apresentação, 7

1. Considerações gerais sobre o crime de lavagem de dinheiro, 15

- 1.1 Um novo crime e uma nova política criminal, 15
- 1.2 Sistema de prevenção, 19
- 1.3 Um crime transnacional, 23
- 1.4 Reforma da lei de lavagem, 25

2. Tipo objetivo no crime de lavagem, 29

- 2.1 O tipo principal, 29
- 2.2 O rol de crimes antecedentes, 35
- 2.3 Crimes antecedentes ocorridos no exterior, 41
- 2.4 Os tipos penais subsidiários, 41
- 2.5 Penas, 46
- 2.6 Tipologias, 47

3. Elemento subjetivo no crime de lavagem, 57

- 3.1 Dolo genérico e elemento subjetivo especial, 57
- 3.2 Abrangência do dolo, 57
- 3.3 O dolo eventual, 61
- 3.4 A prova do dolo, 70
- 3.5 Aspectos criminológicos, 74

4. Processo penal no crime de lavagem, 79

- 4.1. Competência, 79

- 4.1.1 Competência da Justiça Federal, 79
- 4.1.2 Competência das varas federais especializadas, 81
- 4.2 Autonomia do crime de lavagem e prova indiciária, 88
- 4.3 Procedimento e citação, 95
- 4.4 A investigação e a persecução, 97
 - 4.4.1 Seletividade da investigação e da persecução criminal, 97
 - 4.4.2 Métodos de investigação, 98
 - 4.4.3 Métodos modernos de investigação, 100
 - 4.4.3.1 Quebra do sigilo fiscal e bancário, 105
 - 4.4.3.2 Intercepção das comunicações telefônicas, 107
 - 4.4.3.3 Delação premiada, 109
 - 4.4.3.4 Escutas ambientais, ação controlada, infiltração de agentes e operações disfarçadas, 113
 - 4.4.4 Sigilo nas investigações, 121
 - 4.4.5 Encontro fortuito de provas e compartilhamento de provas, 122

5. Prisão e liberdade, 133

- 5.1 Vedação de fiança, de liberdade provisória e de apelo em liberdade, 133
- 5.2 O princípio da presunção de inocência, 134
- 5.3 Breve histórico sobre a presunção de inocência, 136
- 5.4 Presunção de inocência em textos internacionais de direitos humanos, 147
- 5.5 Consequências da presunção de inocência, 148
- 5.6 Presunção de inocência e efeitos de recursos, 154
- 5.7 Presunção de inocência e decisões no processo penal, 160

6. Confisco e medidas assecuratórias, 167

- 6.1 Confisco e lavagem de dinheiro, 167
- 6.2 Natureza jurídica do confisco, 168
- 6.3 Regras de provas para aplicação do confisco, 171
- 6.4 Regras especiais para criminosos profissionais, 173
- 6.5 Regras sobre confisco constantes em tratados internacionais, 177

6.6 Medidas assecuratórias, 181

6.7 Administração provisória e alienação antecipada dos bens, 183

7. Cooperação jurídica internacional, 191

7.1 Ampliação da cooperação como objetivo político-jurídico, 191

7.2 Conceitos básicos, 193

7.3 Competência na cooperação passiva, 196

7.4 Competência na cooperação ativa, 199

7.5 O princípio *locus regit actum*, 200

7.6 Limites à cooperação jurídica internacional, 202

7.6.1 Limites à extradição, 203

7.6.2 Limites para outras medidas processuais, 208

7.7 Cooperação direta sem intermédio da Autoridade Central, 213

7.8 Medidas de carácter unilateral, 216

Referências, 219